



Democracia blindada, contrarreformas e luta de classes no Brasil contemporâneo

Armored democracy, counter-reforms and class struggle in contemporary Brazil

Maria Lúcia DURIGUETTO¹
Felipe DEMIER²

Resumo: O presente artigo pretende discutir as modificações na democracia liberal ocorridas a partir da onda neoliberal e contrarreformista, verificada em fins da década de 1970 na Europa e Estados Unidos. Considerada uma resposta à crise econômica que estourou em 1973, a implementação da agenda neoliberal e contrarreformista acabou por demandar significativas modificações na democracia liberal, a qual teria que se tornar cada vez mais imune às pressões populares por direitos sociais e reformas. No Brasil, como o artigo expõe, a construção desse novo tipo de regime democrático – *a democracia blindada* – se iniciaria com a “transição democrática”, se intensificaria durante os governos da direita neoliberal, atravessaria os governos do Partido dos Trabalhadores e encontraria seu ápice com o golpe de Estado ocorrido em 2016 e o governo Temer dele surgido.
Palavras-chave: Democracia blindada. Contrarreformas. democracia brasileira.

Abstract: The present article aims to discuss the changes in liberal democracy that occurred from the neoliberal and counter-reformist wave, which began in the late 1970s in Europe and the United States. Considered a response to the economic crisis that broke out in 1973, the implementation of the neoliberal and counter-reformist agenda demanded significant changes in liberal democracy, which would have to become increasingly immune to popular pressures for social rights and reforms. In Brazil, as the article states, the construction of this new type of democratic regime - the armored democracy - began with the "democratic transition", intensified during the neoliberal right-wing governments, continued during the governments of the Workers Party and found its culminating in the coup d'état in 2016 and Temer government.

Keywords: Armored democracy. Counter-reforms. Brazilian democracy.

Introdução

A partir da década de 1970, com a derrocada do *socialismo realmente existente* do Leste Europeu e com a *crise* dos regimes de *Welfare State*, processa-se em nível mundial uma agenda de ajustes econômico-políticos que circunscrevem o limite absoluto da democracia no capitalismo: a sua existência, mesmo no centro do sistema, passa a só ser compatível com ordenamentos políticos democráticos minimalistas, restritos e funcionais à expansão e valorização do capital. Este *caminho* da democracia para se afastar do *caminho da servidão* das reformas - parafraseando Hayek (1985), um dos principais ideólogos neoliberais – é a ofensiva posta pelo capital como contratendência à sua crise estrutural.

Na particularidade brasileira, embora formulada desde meados da década de 1970, a materialização desta agenda se processaria apenas a partir dos anos 1990 e, nos tempos que

¹ Professora Associada da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF, Juiz de Fora, Brasil). Bolsista CNPq. Campus Universitário, Bairro Martelos, Juiz de Fora, Minas Gerais, CEP.: 36036-330. E-mail: <maluduriguetto@gmail.com>.

² Professor Adjunto da Faculdade de Serviço Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ, Rio de Janeiro, Brasil). Rua Francisco Xavier, nº 524, Maracanã, Rio de Janeiro, CEP.: 20550-900. E-mail: <felipedemier@yahoo.com.br>.

correm, adquire um caráter radicalmente contrarreformista que se expressa na máxima *blindagem* da nossa democracia. Em outras palavras, esse processo reedita uma marca característica da particularidade da formação do capitalismo no Brasil, qual seja, a constituição de uma *democracia restrita típica* (FERNANDES, 1975).

Intencionamos, neste artigo, primeiramente traçar os principais elementos que compõem a ofensiva do capital para a *blindagem* democrática nos países centrais como uma estratégia para recuperar sua expansão e valorização. Na realidade nacional – abordada aqui em seguida –, esta estratégia será evidenciada nos processos e dinâmicas sócio-históricas, especialmente os abertos a partir dos anos 1990, que possibilitaram a hegemonia da dominação do conjunto das frações da classe dominante na forma de um regime democrático restrito. Evidenciaremos a programática político-econômica que materializa esta dominação, a qual tem na restrição dos elementos estatais do consenso e na hipertrofia da coerção a sua estratégia de supremacia burguesa (GRAMSCI, 2007). É nesta configuração hegemônica da dominação de classe que evidenciaremos, também, alguns elementos que vêm conformando os processos de resistências da classe trabalhadora à pilhagem dos direitos que foram conquistados por suas organizações e lutas ao longo da nossa histórica construção de políticas reformistas *fracas*.

A era do capitalismo *democrático-blindado* neoliberal

A passagem do século XIX para o século XX marca a transição do estágio do capitalismo concorrencial para a sua fase monopólica, o que produz significativas inflexões nos regimes democrático-liberais dos países centrais, particularmente no continente europeu³. É nessa fase monopólica que a valorização do capital é enfrentada pela consolidação de um novo padrão de acumulação e de um novo regime de regulação social materializada no binômio fordismo/keynesianismo.

O fordismo significou uma nova forma de organização e gerenciamento da produção, articulada a um novo tipo de regulação social operado pelo aparato estatal (keynesianismo), que passa a combinar um alto grau de intervenção no financiamento e na regulação do crescimento econômico, voltado para a garantia dos superlucros dos monopólios com a função de legitimação social via incorporação das demandas sociais dos trabalhadores. (NETTO, 1992). Suas funções econômicas são assim articuladas com suas novas funções políticas: o Estado para legitimar-se *politicamente*, passa a alargar sua base de sustentação sócio-política por meio da incorporação de direitos demandados pelos trabalhadores, notadamente via organização sindical (MANDEL, 1982).

Naquela quadra histórica em que esta regulação estatal vingou nos países capitalistas centrais, o Estado - na certa aceção gramsciana - incorporou, ao lado dos aparatos do exercício da coerção, a estratégia do consenso nas suas relações com os “aparatos privados de hegemonia” constituintes na sociedade civil. Essa segunda determinação do fenômeno estatal, o consenso, possibilitou a adoção, via mecanismos da institucionalidade democrática, de uma política de pacto social alimentada em ações de “colaboração de classes”. Foi esta estratégia que as

³ É preciso lembrar que a configuração dos Estados de Bem Estar Social não esteve presente em todos os países capitalistas desenvolvidos. Já os países do terceiro-mundo ou do chamado capitalismo periférico estiveram fora do chamado *compromisso* social-democrata, sustentando, através da enorme exploração do trabalho, o referido compromisso (ANTUNES, 1999).

democracias do *welfare state* adotaram para garantir sua legitimidade social e, do lado dos trabalhadores, significou, ainda que de forma seletiva, a incorporação de algumas de suas importantes demandas no campo das políticas públicas.

O ciclo de expansão e vigência fordista-keynesiana começou a dar sinais de esgotamento no início da década de 1970 em função, entre outros fatores, do declínio do crescimento econômico, da queda das taxas de lucro, da hipertrofia do capital financeiro e do desemprego, Mandel (1990); Mézaros (2009). É nesta conjuntura de crise que se tem a contraofensiva do capital, por meio do seu Estado, contra os direitos conquistados⁴, dando progresso ao desenvolvimento de mudanças na esfera da produção⁵ e nas funções políticas e econômicas estatais, agora sob a égide dos ajustes neoliberais. No centro da programática destes ajustes está a defesa das contrarreformas do Estado, as quais visam, de acordo com Netto (1995, p. 195), "[...] erradicar mecanismos reguladores que contenham qualquer componente democrático de controle do movimento do capital [...]". O que é atacado, assim, é o alargamento das instituições democráticas que permitiram e viabilizaram ações consensuais na dinâmica das relações entre o Estado e a classe trabalhadora. Em outras palavras, é o estreitamento da institucionalidade democrática que é advogado pelos neoliberais. O mercado é ovacionado como instância mediadora central na regulação da vida social e, em consequência, tem-se a defesa da diminuição do nível de intervenção do Estado no que tange à garantia de direitos sociais e políticos - restringindo os primeiros na oferta de políticas sociais compensatórias⁶), bem como a defesa de uma intervenção forte em prol da garantia de marcos legais para a expansão do mercado e à crescente valorização do capital.

Nesta direção, o que se prescreve para os regimes políticos liberal-democráticos pós- crise do capital nos anos 1970 é a limitação do uso democrático do sistema político, ou seja, da esfera dos pactos e relações consensuais que edificaram o campo dos direitos sociais. Esta prescrição *contrarreformista* tem como objetivo precípua a reversão da queda das taxas de lucro e a valorização do capital e vem conformando *democracias liberais de novo tipo*, o que denominamos de *democracias blindadas* (DEMIER, 2012).

Assim, enquanto nas democracias *welfareanas* as organizações dos trabalhadores tinham nas representações políticas socialdemocratas (algumas até formalmente comunistas) uma mediação para que suas demandas reformistas fossem tematizadas nas instâncias institucionais, "[...] as *democracias blindadas* têm seus núcleos políticos decisórios (ministérios, secretarias, parlamentos, tribunais etc.) praticamente impermeáveis às

⁴ O que vem a demonstrar que a "[...] dinâmica crítica desta ordem alçou-se a um nível no interior do qual a sua reprodução *tende* a requisitar, progressivamente, a eliminação das garantias sociais e dos controles mínimos a que o capital foi obrigado naquele arranjo [...]. Sinaliza que o arranjo sócio-político do *Welfare State* constitui uma *possibilidade* da ordem do capital que, pela lógica intrínseca desta última, converte-se agora num *limite* que ela deve franquear para reproduzir-se enquanto tal" (NETTO, 1993, p. 70, grifos do autor).

⁵ Desenvolve-se, em oposição ao padrão fordista, um novo regime de acumulação que Harvey (1993, p. 140) denomina como *flexível*, e que se caracteriza, entre outros fenômenos, pela desregulamentação e flexibilização do processo produtivo, levando à precarização das condições de trabalho e emprego, pelo combate à legislação trabalhista e à redução do poder sindical.

⁶ O que significa a não criação de padrões de justiça social por políticas sociais públicas e universais. Para Hayek (1985, p. 93), esse padrão redistributivo de renda nada mais fez do que criar uma cultura imobilista e desestimuladora nos indivíduos. Nas suas palavras: "[...] é importante que, na ordem de mercado, [...] os indivíduos acreditem que seu bem estar depende, em essência, de seus próprios esforços e decisões [...]".

demandas populares [...]” (DEMEIR, 2012, p. 8, grifos do autor). A isto se agrega, enfatizamos, uma autonomia das decisões tomadas em órgãos estatais estratégicos para a valorização do capital, como os bancos centrais, as agências reguladoras etc., os quais são ocupados por representantes políticos que são prepostos dos interesses das frações das classes dominantes. Blinda-se, assim, a democracia de qualquer interferência das expectativas e/ou prospectivas populares postas nos processos eleitorais pelas programáticas partidárias, notadamente aquelas que dizem e fazem parecer que irão fazer o que efetivamente não farão. Isto porque a impermeabilidade na absorção de reformas é coroada pelo revezamento – guardadas as especificidades das diferentes formações econômico-sociais – de “[...] dois blocos político-partidários os quais comungam uma adesão (aberta ou tácita, dependendo do caso) aos pontos axiais da plataforma neoliberal [...]” (DEMIER, 2012, p. 8). Um desses blocos agrega partidos “[...] tradicionalmente identificados com as forças conservadoras (de direita) [...]” (DEMIER, 2012, p. 8) e o outro é composto por partidos do campo socialdemocrata ou eurocomunista que, em antagonismo às suas plataformas programáticas voltadas para a incorporação das demandas reformistas postas pelas organizações dos trabalhadores, passam, ao assumirem o poder, a adotarem “[...] um programa essencialmente contrarreformista (mesclado às políticas públicas focalizadas, os chamados programas sociais compensatórios) [...]” (DEMIER, 2012, p. 9)⁷.

O campo organizativo dos trabalhadores que se opõe à implementação desta agenda contrarreformista encontra na hipertrofia dos aparatos coercitivos do Estado a sua contraposição. Hipertrofia manifesta na criminalização da *pobreza*, na judicialização do protesto social, na repressão política aberta e na militarização. Se estes mecanismos coercitivos estão presentes desde os primórdios do capitalismo, são nas expressões contemporâneas da crise do capital e nas contraofensivas e contrarreformas para a retomada de sua expansão e valorização que se intensifica os processos de controle penal do Estado sobre os pobres e os que lutam (DURIGUETTO, 2017).

A blindagem dos aparatos institucionais estatais a qualquer proposta reformista; programáticas políticas partidárias com diferenças adjetivas; hipertrofia do aparato coercitivo sobre as resistências e lutas dos trabalhadores contra a retirada de seus direitos constituem a agenda da e para a democracia.⁸ Nesta agenda, a democracia é uma nova configuração político-jurídica estatal que viabiliza, sem limites e amarras, os processos legais para as mudanças nas relações laborais da era da acumulação flexível, para a hegemonia da financeirização nas relações econômicas que opera uma drástica redução dos fundos públicos para o financiamento das políticas públicas universais e uma acelerada e acentuada transferência da oferta destas políticas para a via contratual mercantil.

⁷ Nesse sentido, os “[...] casos do Partido Socialista francês (PS), de Mitterrand, no Partido Trabalhista inglês (o “New” Labour Party), de Tony Blair e Gordon Brown, do Partido Social-Democrata da Alemanha (o histórico SPD), de Schröder, no Partido Democrático de Esquerda na Itália (o PDS, surgido com o fim do Partido Comunista Italiano), de Massimo D’Alema, no Partido Socialista Operário Espanhol (PSOE), de Felipe González e Zapatero, e no PS português (PS), de Mário Soares, entre outros partidos europeus que aderiram à chamada ‘terceira via’ nas décadas de 1980 e 1990” (DEMIER, 2012, p. 9).

⁸ Assume relevância aqui a função da grande mídia como partido representante das frações das classes dominantes, que atua diretamente para a eleição dos representantes políticos destas frações; com seletividade e parcialidade na cobertura dos eventos de natureza política, sempre atacando e criminalizando as organizações e os movimentos sociais.

A realidade brasileira da era da “democracia blindada” neoliberal: lugar para todas as regressões

A hegemonia contemporânea da restrição da democracia como receita de contratendência à crise do capital não ficou restrita aos países centrais, tornando-se também a agenda a ser implementada pelos países latino-americanos. A rota indicada para os regimes ditatoriais - em vigência em alguns países - era que estes iniciassem a transição a regimes políticos democrático-liberais regulando, de forma gradual e segura, o ritmo e o limite da ampliação das arenas político-participativas populares nos espaços decisórios. No Brasil, este receituário *procedimental* para a democracia foi o seguido pelas cúpulas militares a partir de meados da década de 1970.⁹

Não é demais lembrar que a instauração do regime autocrático-burguês entre nós significou uma reação ao desenvolvimento de um ativo campo democrático e popular, sustentado na emersão de amplas camadas de trabalhadores urbanos e rurais sob a bandeira das *reformas de base* no período 1961-1964¹⁰. O golpe de 1964 foi o abortamento deste processo, dando consecução a um modelo de desenvolvimento econômico que reforçava o caráter dependente e a integração subordinada do Brasil aos países centrais, bem como a implementação de ações sócio-políticas antidemocráticas que implicaram em reverter o processo de democratização que estava em curso.

Foi na conjuntura da *crise do milagre econômico*¹¹, enfrentada a partir do governo Geisel (1974-1979), e no processo de reorganização popular pós 1973¹² que se constituíram os móveis centrais para a potencialização da liberalização do regime evidenciando-se, assim, a combinação de pressões dos de *baixo* e de operações transformistas *pelo alto*. Esta combinação é coroada, no campo jurídico-político, na assembleia constituinte e na Carta de 1988, momentos em que se visibiliza o arranjo da pactuação entre interesses progressistas e conservadores para a edificação de um regime democrático sob hegemonia dos interesses das frações das classes dominantes¹³. É esta hegemonia que conformará os condutos da *blindagem*

⁹ Este caráter controlador da participação popular sempre esteve presente ao longo do processo da nossa “modernização” capitalista. As frações da burguesia em articulação com o aparato estatal sempre se dedicaram à montagem de um complexo mecanismo de controle político e social da classe trabalhadora e de suas organizações. Como conclui Florestan (FERNANDES, 1975, p. 212): “[...] isso faz com que a ‘democracia burguesa’, nessa situação, seja de fato uma ‘democracia restrita’, aberta e funcional só para os que têm acesso à dominação burguesa”.

¹⁰ Segundo Netto (1991), se as ações desse campo democrático não colocavam em xeque, imediatamente, a ordem burguesa, “[...] as requisições contra a exploração imperialista e latifundista, acrescidas das reivindicações de participação cívico-política ampliada, apontavam para uma ampla reestruturação do padrão de desenvolvimento econômico e uma profunda democratização da sociedade e do Estado [...]” (NETTO, 1991, p. 23).

¹¹ Uma didática sistematização e análise deste modelo econômico e político está em Netto (2014).

¹² O mais representativo exemplo dessa progressiva resistência foi a reinserção da classe operária na cena política com o chamado *novo sindicalismo* a partir de 1977 e a criação da Central única dos Trabalhadores (CUT), em 1983; a emersão de variados movimentos sociais a partir de 1975, a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1984 e a grande mobilização em torno das *Diretas Já* neste mesmo ano. É esta reativação das organizações dos trabalhadores que obriga o regime à sua liberalização política pela combinação de medidas repressivas com concessões e atos de negociação. Em Duriguetto (2007) há uma análise das diferentes perspectivas sócio-interventivas do *campo da esquerda* para as organizações e movimentos sociais dos trabalhadores neste período.

¹³ A Carta de 1988 expressa a incorporação de componentes próprios da democracia liberal como a liberdade de criação de partidos, a independência entre os poderes e o sufrágio universal e absorve, parcialmente, as

da nossa democracia para a sua necessária adequação às novas exigências postas pela *restauração do capital* (BRAGA, 1996). Esta blindagem iniciará, notadamente, nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998/1999-2002), em que tivemos o avanço da revisão constitucional (já iniciada pelo Governo Collor) para a aplicação dos ajustes e das contrarreformas neoliberais. A nova agenda política de ajuste passou a ser dominada por temas como refluxo do Estado e primazia do mercado por meio das políticas de abertura comercial e financeira ao capital internacional, desregulamentação e privatização, corte dos gastos públicos e redução dos fundos públicos para o financiamento das políticas sociais.

Esta agenda destruidora de direitos e voltada para a abertura das relações econômicas à hegemonia do capital financeiro é fortalecida, enquanto redução de forças de contratendência, pelo abandono da CUT e do PT¹⁴ de suas propostas reformistas e de uma postura combativa ao receituário neoliberal. É este rebaixamento ideológico e programático que “[...] ajuda a explicar a continuidade – ainda que sob outros ritmos, intensidade e forma – das *contrarreformas* durante os dois governos de Lula da Silva (2003-2010) [...]” e os de Dilma Rousseff (2011-2016) (DEMIER, 2012, p. 17).

No campo sindical, a clivagem ideológica descendente da CUT se fez notar, já com forte expressão, desde a abertura dos anos 1990, em que a implementação das políticas de ajuste foram evocadas, pelas frações burguesas e pelos governos, como a única saída para a “crise” brasileira. Neste contexto, houve paulatinamente um deslocamento do conteúdo das reivindicações dos trabalhadores que circula em torno das suas necessidades imediatas, da preservação de suas conquistas ou das possibilidades postas pela conjuntura da crise (MOTA, 1995). A CUT passa a apresentar uma perspectiva política de um sindicalismo propositivo, de *negociação*, e adere à proposta do *entendimento nacional*¹⁵. De 2003 a 2013, tivemos a acentuação das posturas pragmáticas e possibilistas da CUT, em que amplia sua participação nos espaços convocados pelos governos como a participação em Comissões tripartites de fundos e políticas públicas, das câmaras setoriais e a integração de centenas de dirigentes sindicais aos conselhos gestores de fundos de pensão.

Também no campo das lutas e dos movimentos sociais em torno de demandas por direitos sociais – seja expressando-as pela via direta por meio de ocupação de órgãos públicos, obstrução de vias e avenidas, abaixo-assinados, protestos que davam visibilidade pública às

demandas dos setores populares por direitos sociais e trabalhistas. Porém, a incorporação do regime político democrático liberal conviveu com a permanência de muitas das prerrogativas do papel das Forças Armadas, como a recorrência à força para manter a “lei e a ordem”, além da adoção da política de ajustes neoliberal, a partir dos anos 1990, que desfinanciou a oferta de políticas sociais públicas universais e de qualidade.

¹⁴ Até a chegada de Lula ao governo federal em 2002, “[...] o PT, conquanto já convertido em um partido fundamentalmente eleitoral e cogestor da ordem capitalista vigente, vocalizava, *mesmo que de uma forma cada vez mais moderada e rebaixada* [...]” (DEMIER, 2017, p. 62, grifos do autor), demandas populares por serviços e políticas sociais, políticas de emprego e renda entre outras. Esta vocalização fazia o partido atuar nas diferentes instâncias de poder como “[...] um elemento dificultador e, em alguns casos, impeditivos, da aprovação das *contrarreformas* governamentais (DEMIER, 2017, p. 62, grifos do autor). Ao ascender ao governo federal, “[...] as bancadas petistas abandonaram o que ainda restava de sua tímida resistência ao neoliberalismo *contrarreformista*, e tornaram-se, elas próprias, defensoras das *contrarreformas*. Completado o *transformismo petista*, findava-se um processo em que as demandas populares de corte reformista foram sendo gradativamente privadas de seus representantes na esfera estatal, tornando-se praticamente órfãs de representatividade nas instituições do regime” (DEMIER, 2017, p. 63, grifos do autor).

¹⁵ No entanto, é preciso evidenciar que a Central assumiu, de modo geral, uma postura crítica frente aos governos de Collor (1990-1992) e de FHC em seus dois mandatos (1995-2002).

suas necessidades, formas muito presentes entre a segunda metade dos anos 1970 e o final da década de 1980 – temos, nos anos 1990, a centralidade das reivindicações no campo da institucionalidade, seja via conselhos de direitos¹⁶, seja via espaços de participação popular criados nos âmbitos municipais e estaduais pelo *modo petista de governar*. Nos pós anos 2000 tem-se, aliado à centralidade da institucionalidade, a acentuação da cooptação governista, muito expressa na também ascensão de lideranças populares a cargos no aparelho de Estado (LEAL, 2005) e na postura do *possibilismo* presentes nos movimentos sociais mais expressivos que, na maioria das vezes, traveste-se de governismo (TRANSPADINI, 2016).

No segundado mandato de Dilma, o acirramento da crise econômica impulsionou a derruição do projeto de concertação social petista levado a cabo nos últimos 15 anos. A crise econômica fortaleceu uma ação conjunta das diferentes frações do capital para a recuperação do crescimento econômico e de suas taxas de lucro. Para a burguesia, esta recuperação - que tem nas contrarreformas e no ajuste fiscal seus principais núcleos – não seria possível de ser levada a cabo pelo PT “[...] no grau, na intensidade e na velocidade exigidos pela crise econômica” (DEMIER, 2016, não paginado). Este é o foco que cimentou a *unidade de ação* das diferentes frações da burguesia para a deposição da presidente Dilma, no dia 31 de agosto de 2016¹⁷.

Foi um golpe no governo articulado por parte dos aparelhos do Estado como o Parlamento, o Judiciário (com aval da Suprema Corte) e a Polícia Federal; pelos oligopólios da mídia, que atuaram abertamente como os grandes fomentadores e indutores do *impeachment*; e pela atuação ativa das diferentes frações das classes dominantes e dos setores médios¹⁸. Não foi um golpe no regime político, e sim – reiteramos – no governo, o que foi possível pelo próprio funcionamento da institucionalidade democrática restrita, blindada. Desse modo,

[...] o atual regime democrático blindado se mostra capaz de, por meio dos seus próprios procedimentos constitutivos, substituir peças políticas incômodas quando for necessário para o capital sem ter de alterar o próprio regime como antes era o padrão clássico dos golpes políticos. [...]. É uma democracia tão blindada que se mostra capaz de caçar o sufrágio universal de 54,5 milhões de brasileiros sem ter que recorrer a um golpe de força (DEMIER, 2016, não paginado).

As ofensivas contrarreformistas e o ajuste fiscal estão expressos no documento *Uma ponte para o futuro*, lançada pelo PMDB antes da deflagração do *impeachment*, no qual contém as diretrizes políticas¹⁹ para levar a cabo as regressões nos direitos sociais e trabalhistas, a

¹⁶ A lógica do campo conselhistas é a da fragmentação e da setorialização das políticas sociais, lógica que é levada aos processos de formação das demandas dos setores populares, que tendem a circunscrevê-las no horizonte das políticas (movimentos de luta pela moradia, pela saúde, pela educação, etc). A mesma lógica é visibilizada no incentivo à formação de identidades particularistas (criação dos conselhos em função do gênero, etnia, geração, entre outros) Duriguetto (2009).

¹⁷ A votação para a deposição da presidenta no Congresso no dia 17/04/2016 foi um dos episódios mais reveladores do caráter conservador e até mesmo reacionário dos nossos (as) deputados(as). Intervenções que aclamavam a defesa da propriedade privada, da família, da religião, da ditadura militar e de seus torturadores bem como a homofobia e o machismo.

¹⁸ Especialmente depois da manifestação da *direita* de 15 de março de 2015 em que tivemos um amálgama entre as frações da burguesia e os setores médios mais conservadores “[...] que se opõem muito mais ao que o PT foi um dia do que ao que era quando foi deposto e aqueles que nunca aceitaram sequer as políticas sociais compensatórias do partido” (DEMIER, 2016a, não paginado).

¹⁹ Constituem algumas destas diretrizes a drástica redução do fundo público para o financiamento das políticas sociais públicas, especialmente as que compõem a seguridade social. Esta diretriz já tomou forma na aprovação

aceleração da criação das melhores condições para a acumulação capitalista e a acentuação da blindagem do regime.

Em 2016, de acordo com o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), tramitaram no Congresso Nacional dezenas de projetos cujos conteúdos vão na direção das contrarreformas, como a da previdência. Também compõem estes projetos prescrições para o ataque às mulheres, aos segmentos LGBTTIs e étnico-raciais, como o Estatuto da Família; o Estatuto do Nascituro; redução da maioria penal e aumento do tempo de internação de adolescentes no sistema socioeducativo; proibição do debate sobre gênero e sexualidade nas políticas educacionais²⁰.

A hipertrofia dos aparatos coercitivos do Estado também compõe a natureza da blindagem contemporânea da democracia liberal brasileira com a intensificação de ações coercitivas e repressoras²¹, que tomam forma na criminalização dos movimentos sociais (criminalização das manifestações e organizações da classe trabalhadora por meio da repressão, da prisão arbitrária de dirigentes, da ilegalidade das lutas). Criminalização que encontra legitimidade ainda maior na *Lei antiterrorismo* aprovada no segundo governo Dilma (DURIGUETTO, 2017).

Conclusão

Não são poucos os desafios postos às organizações e processos de lutas e resistências da classe trabalhadora frente à atual conjuntura do país, em especial, aos ataques aos direitos sociais e trabalhistas que acentuam as formas de exploração e a regressão à todos os conservadorismos que ratificam dominações e opressões.

Se a partir da segunda metade da década de 1970 tivemos um intenso e valoroso processo de mobilização dos trabalhadores em várias frentes organizativas, a partir da década de 1990 evidencia-se um descenso programático - que tomou forma no *possibilismo* - das lutas e resistências de parte significativa dos movimentos e organizações dos trabalhadores.

Em junho de 2013, ocorreram grandes mobilizações de massa nas ruas de todas as capitais do país. Inicialmente impulsionadas pela juventude organizada pelo Movimento Passe Livre-

da PEC 241, depois, PEC 55, da redução dos gastos públicos para a saúde e a educação; a redução do fundo público para o financiamento das políticas acelera a sua oferta pela via mercantil, tendência já presente nos governos petistas, e agora tornada mais regressiva pelo projeto da reforma da Previdência; acentuação da seletividade e da focalização das políticas; reforma na legislação trabalhista visando rebaixar os custos do trabalho e aumentar a produtividade, a lei das terceirizações que aumentará ainda mais a alta taxa de rotatividade da força de trabalho; maiores esforços para a privatização das empresas públicas e da redução dos direitos dos funcionários públicos (congelamento de salários, mais programas de demissão voluntária, limites ao direito de greve dos servidores) (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES, 2015).

²⁰ Recentemente tivemos a aprovação do teto para gastos públicos na saúde e na educação e a regulamentação da terceirização para atividades meio e atividades fim.

²¹ Coerção que também se evidencia em vários atos de censura, como quando estudantes e professores do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, receberam notificação pelo Ministério Público ordenando a retirada de cartazes condenando o golpe; quando o TRE acolheu denúncia de que docentes da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) realizavam *lavagem cerebral* em seus alunos por obrigá-los a gritar *Fora Temer*, o que impôs à reitoria que coibisse qualquer tipo de *propaganda política nos campi* e o projeto *Escola Sem Partido* que impõe o cerceamento do pensamento crítico e da liberdade pedagógica. Em relação à repressão às manifestações dos trabalhadores pela defesa dos seus direitos ver o caso dos professores do Paraná em Calil (2016).

MPL contra o aumento da tarifa dos transportes, na sequência se ampliaram com a participação de diversos segmentos dos trabalhadores e com um amplo leque de protestos como o alto custo de vida e a ausência e/ou precarização de serviços de educação, saúde e habitação²². Em 2014, os gastos com a Copa do Mundo em detrimento dos gastos com a educação, saúde, transporte, habitação, reforma agrária geraram também grandes mobilizações, que foram fortemente reprimidas.

Ao que tange às lutas sindicais e aos movimentos paredistas constata-se, desde 2012, o crescimento significativo do número de greves, que superaram as efetivadas nos anos 1990, sendo as mais expressivas as ocorrentes nos setores metalúrgicos, da limpeza urbana, da construção civil, dos servidores e professores das Universidades Federais e Estaduais e professores das redes municipais e estaduais de ensino, bancários, metroviários, trabalhadores terceirizados²³. Acresce à esta ofensividade, as ocupações de escolas²⁴, as mobilizações por moradia, as resistências indígenas e quilombolas, que deram continuidade às reivindicações pela demarcação de suas terras. Também ganharam destaque, em mobilizações generalizadas, o Fórum Contra a Privatização da Saúde; os coletivos de defesa pelos direitos LGBTTI e o movimento feminista.

No entanto, desafios ainda precisam ser enfrentados para que este reascenso das forças e das organizações dos trabalhadores expresse linhas acima tenha efetiva possibilidade de oferecer uma contraofensiva ao processo de blindagem do regime como contratendência à crise do capital. Os tempos pós-golpe são tempos acentuadamente regressivos que se revelam pela “[...] *ascensão das forças mais conservadoras e até mesmo reacionárias [...]*” (BRAZ, 2017, p. 101, Grifos do autor) operantes nos diversos aparelhos estatais - Parlamento, Judiciário, na grande mídia; na atuação de movimentos de direita financiados pela burguesia nativa e estrangeira que estavam à frente das mobilizações pelo golpe²⁵ (BRAZ, 2017).

Em face a estes *tempos difíceis*, um dos desafios mais imediatos a enfrentar é a criação de um campo de *unidade de ação* do conjunto de forças que se opõem à agenda contrarreformista para a criação de fatos políticos que visibilizem, com contundência, o rechaço à agenda que ataca os poucos direitos que os trabalhadores conquistaram ao longo de suas lutas – a greve geral do dia 28 de abril foi um bom exemplo dessa *unidade de ação*. Tal unidade, todavia, não deve ser, em termos estratégicos, confundida com nenhuma concessão em voltar a acreditar que o caminho para a retirada da blindagem da democracia está nas mãos daqueles que também ajudaram a construí-la.

Referências

ARCARY, V. As jornadas de junho de 2013: balanço e perspectivas. **Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 23, n.2, 2013.

²² Uma consistente análise sobre as manifestações de junho está em Arcary (2013).

²³ Só em 2013, o DIEESE registrou 2.050 greves, um crescimento de mais de 134% em relação ao ano anterior (DIEESE, 2013).

²⁴ Entre 2015 e 2016 um grande movimento de ocupação das escolas por estudantes secundaristas se alastrou por diversos estados e municípios em defesa do ensino de qualidade com forte dotação orçamentária.

²⁵ Uma descrição de alguns dos mais importantes figurantes da direita brasileira – mídia; Instituto Millenium, Movimento Brasil Livre e Vem pra Rua estão em Melo (2016) e Hoeveler (2016).

- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BRAGA, R. **A restauração do capital**: um estudo sobre a crise contemporânea. São Paulo: Xamá, 1996.
- BRAZ, M. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 128, p. 85-103, jan./abr. 2017
- CALIL, G. O massacre do Paraná: a ofensiva ultraliberal do governo Beto Richa contra os trabalhadores. In: DEMIER, F.; HOEVELER, R. (Orgs). **A onda conservadora**: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.
- DEMIER, F. **Depois do Golpe**: a dialética da democracia blindada no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.
- DEMIER, F. Talvez a gente esteja assistindo ao surgimento de um novo padrão de golpe. Entrevista concedida a Maira Mathias pelo Historiador, **Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio [online]**, Rio de Janeiro, 02 set. 2016. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/talvez-a-gente-esteja-assistindo-ao-surgimento-de-um-novo-padrao-de-golpe>>. Acesso em: 12 dez. 2016.
- DEMIER, F. Democracias Blindadas nos dois lados do Atlântico: Formas de dominação político-social e contrarreformas no tardo-capitalismo (Portugal e Brasil). **Libertas**, Juiz de Fora, v. 12, n.2, 2012.
- DIEESE. **Balanco das Greves em 2012**. São Paulo, maio 2013. (Estudos e Pesquisas, n. 66). Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2012/estPesq66balancogreves2012.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2017.
- DURIGUETTO, M. L. Criminalização das classes subalternas no espaço urbano e ações profissionais do Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, n. 128, p. 104-122, 2017.
- DURIGUETTO, M. L. Ofensiva capitalista, despolitização e politização dos conflitos de classe. **Temporalis**, Brasília (DF), n. 16, p. 45-66, 2009.
- DURIGUETTO, M. L. **Sociedade civil e democracia**: um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007.
- FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (Volume III).
- HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993. HAYEK, F. **Direito, legislação e liberdade**. São Paulo: Visão, 1985. (Volume II).

HOEVELER, R. A direita transnacional em perspectiva histórica: o sentido da 'nova direita' brasileira. In: DEMIER, F.; HOEVELER, R. (Orgs.). **A onda conservador**: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

LEAL, P. R. F. **O PT e o dilema da representação política**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

MANDEL, E. **A crise do capital**. Campinas: UNICAMP Ensaio, 1990.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril cultural, 1982.

MELO, D. A direita ganha as ruas: elementos para um estudo das raízes ideológicas da direita brasileira. In: DEMIER, F.; HOEVELER, R. (Orgs.). **A onda conservadora**: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MOTA, A. E. **Cultura da crise e seguridade social**. São Paulo: Cortez, 1995.

NETTO, J. P. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

NETTO, J. P. Crise global contemporânea e barbárie. In: VIGEVANI, T. et al. **Liberalismo e socialismo**: velhos e novos paradigmas. São Paulo: UNESP, 1995.

NETTO, J. P. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1993. (Coleção Questões da nossa época, n. 20).

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1991.

NETTO, J. P. **Democracia e transição socialista**: Escritos de teoria e política. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.

TRASPADINI, R. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina**: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas. 2016. Tese (Doutorado em Educação: Conhecimento, Inclusão Social e Educação)-Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

FUNDAÇÃO ULISSES GUIMARÃES. **Uma ponte para o futuro**. Brasília (DF), PMDB, 29 out. 2015.

Maria Lúcia DURIGUETTO coautoria na pesquisa e redação do texto.

Graduação em Serviço Social pela UFJF. Mestrado e Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Pós-Doutorado pela Universidade da Calábria- Itália.

Felipe Abranches DEMIER coautoria na pesquisa e redação do texto.

Graduação em História pela UFRJ. Mestrado e Doutorado em História pela UFF curso este que concluiu na condição de bolsista "nota 10" (FAPERJ).
